



ANÁLISE DE MICROS CADEIAS PRODUTIVAS DO AGROEXTRATIVISMO NA COMUNIDADE DO BRAÇO NO VALE DO JARI

**ANALYSIS OF MICRO PRODUCTIVE CHAINS OF
AGROEXTRACTIVISM IN THE COMMUNITY OF
THE ARM IN THE JARI VALLEY**

ANÁLISE DE MICROS CADEIAS PRODUTIVAS DO AGROEXTRATIVISMO NA COMUNIDADE DO BRAÇO NO VALE DO JARI

ANALYSIS OF MICRO PRODUCTIVE CHAINS OF AGROEXTRACTIVISM IN THE COMMUNITY OF THE ARM IN THE JARI VALLEY

Fabrina Pietra Ribeiro Lopes¹ | Nubia Caramello²
Bruna Duque Guirardi³

Recebimento: 30/05/2025
Aceite: 12/02/2026

¹ Bacharel em Engenharia Florestal (IFAP).
Laranjal do Jari – AP, Brasil.
E-mail: fabrina.pietra@gmail.com

³ Doutora em Ciência Florestal (UFV).
Docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e
Tecnologia do Amapá.
Laranjal do Jari – AP, Brasil.
E-mail: brunaguirardi@hotmail.com

² Doutora em Geografia (UAB).
Docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e
Tecnologia do Amapá.
Laranjal do Jari – AP, Brasil.
E-mail: geocaramellofrj@gmail.com

RESUMO

Este estudo tem como objetivo mapear e analisar micros cadeias produtivas implantadas através do agroextrativismo na comunidade do Braço (Almeirim-PA), identificando-se os desafios e propondo melhorias ao desenvolvimento sustentável local. Para a metodologia utilizou-se uma pesquisa exploratória descritiva com uso de técnica de obtenção de dados mista, com 55 famílias, através de entrevistas e oficinas participativa. Os resultados apontaram agroextrativistas com baixa escolaridade e alta estabilidade residencial, com renda principal da aposentadoria, complementada pelo extrativismo e agricultura de 16 produtos incorporado as micro cadeias produtivas local. Apesar da tradição agrícola por necessidade econômica e subsistência, predomina a comercialização individual via atravessadores, com baixa adesão às cooperativas e renda modesta e sazonal. Concluiu-se que o fortalecimento do agroextrativismo local exige apoio governamental, organização comunitária, superação de desafios de infraestrutura e assistência técnica qualificada para aprimorar a gestão, acesso a mercados, sustentabilidade e contribuir com o empoderamento produtivo desta comunidade.

Palavras-chave: Bioeconomia. Comunidade tradicional. Vale do Jari.

ABSTRACT

This study aims to map and analyze micro-production chains established through agro-extractive activities in the Braço community (Almeirim, Pará, Brazil), identifying challenges and proposing improvements for local sustainable development. The methodology employed a descriptive exploratory approach using a mixed-methods data collection technique with 55 families, through interviews and participatory workshops. The results indicated that agro-extractivists exhibited low educational attainment and high residential stability, with primary income derived from pensions, supplemented by extractivism and agriculture involving 16 products incorporated into the local micro-production chains. Despite agricultural practices being traditionally driven by economic necessity and subsistence, individual marketing through intermediaries predominates, with limited participation in cooperatives and modest, seasonal income. It was concluded that strengthening local agro-extractive activities requires governmental support, community organization, overcoming infrastructural challenges, and qualified technical assistance to improve management, market access, sustainability, and contribute to the productive empowerment of this community.

Keywords: Bioeconomy. Traditional Community. Vale do Jari.

INTRODUÇÃO

O extrativismo, definido como a coleta de recursos naturais de origem vegetal, animal ou mineral, desempenha historicamente um papel central no desenvolvimento econômico brasileiro. Essa atividade fundamentou ciclos econômicos determinantes, como os do pau-brasil, do ouro e da borracha, que consolidaram a estrutura da economia nacional (Bispo; Diniz, 2014; Rueda, 1995). Contemporaneamente, essa prática reconfigurou-se ao integrar-se à agricultura familiar, consolidando o conceito de agroextrativismo.

Atualmente, o extrativismo e o agroextrativismo são pilares da bioeconomia florestal no Brasil. Com 58% de seu território coberto por florestas naturais e plantadas, o país detém a segunda maior área florestal do mundo e abriga mais de 20% da biodiversidade global (Serviço Florestal Brasileiro [SFB], 2022). Nesse cenário, a bioeconomia de produtos florestais não madeireiros (PFNMs) apresentou crescimento expressivo, movimentando mais de R\$ 15 bilhões na última década. Como destaca o SFB (2022, p. 9), a promoção da bioeconomia florestal é imperativa tanto para o desenvolvimento socioeconômico quanto para a conservação dos biomas brasileiros.

De acordo com Afonso (2012), o agroextrativismo harmoniza atividades agrícolas e extrativistas em contextos rurais. Esta integração é estratégica em regiões como a Amazônia, pois concilia a geração de renda à conservação ambiental, valorizando saberes tradicionais e o manejo



sustentável. Contudo, Gusmão (2019) aponta que a agricultura familiar ainda enfrenta gargalos críticos, como obstáculos logísticos, fragilidades organizacionais, fluxos de pagamento ineficientes, dificuldades de certificação e limitações na escala de produção.

Nesse contexto, os mercados locais emergem como alternativas viáveis, pois valorizam a identidade cultural e os hábitos alimentares regionais, além de conferirem competitividade aos produtores frente aos grandes grupos agroalimentares. A comunidade do Braço, situada em Almeirim, Pará, exemplifica essa dinâmica. Localizada no Vale do Jari — área de elevada biodiversidade habitada por comunidades extrativistas e quilombolas —, a localidade compartilha os desafios socioeconômicos e ambientais intrínsecos à Amazônia rural (Nascimento; Caramello; Silva, 2025).

Para que o agroextrativismo se consolide como fonte de renda perene, é necessário superar deficiências de infraestrutura e a escassez de apoio institucional. A relevância dessas atividades transcende a economia: a produção de PFNMs exige florestas preservadas que, sob manejo adequado, garantem serviços ecossistêmicos vitais, como o sequestro de carbono e a regulação hidrológica, mitigando os efeitos das mudanças climáticas (SFB, 2022).

Diante deste panorama, a presente pesquisa analisa a dinâmica das microcadeias produtivas do agroextrativismo na comunidade do Braço. O estudo identifica os principais produtos, diagnostica desafios estruturais e propõe estratégias para otimizar a organização, a gestão e a inserção desses produtos em diferentes escalas de mercado. Pretende-se, assim, fortalecer o desenvolvimento local sustentável no Vale do Jari e oferecer subsídios para futuras investigações acadêmicas na região.

METODOLOGIA

ÁREA DE ESTUDO

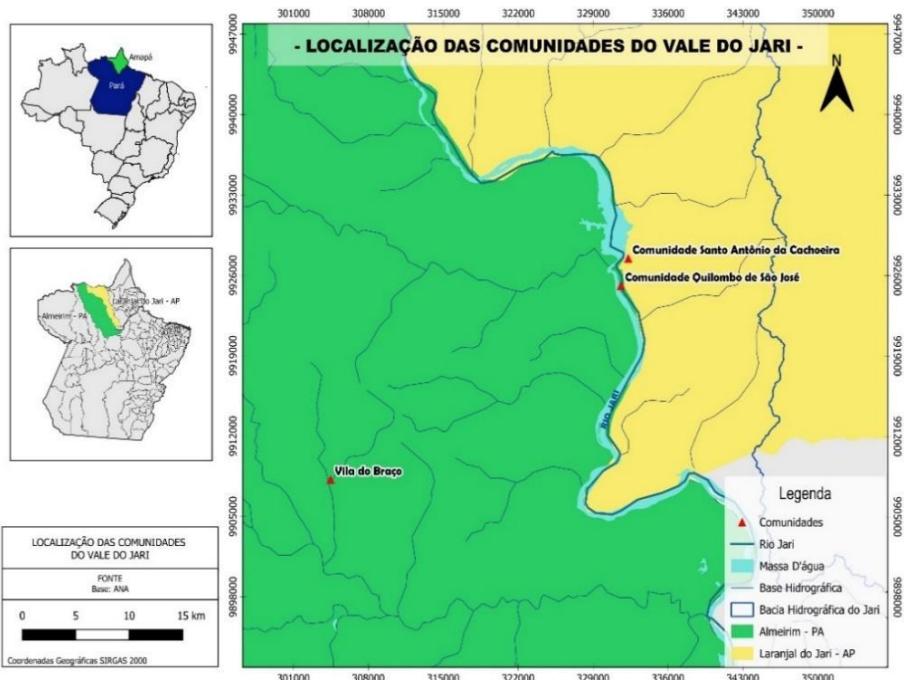
Esta pesquisa integra a Iniciativa Amazônia +10 e foi conduzida em conformidade com o parecer do Comitê de Ética nº 6.189.379. O estudo alinha-se aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, com ênfase no ODS 2 (Fome Zero e Agricultura Sustentável) e no ODS 20 (Direitos dos Povos Originários e Comunidades Tradicionais).

O lócus da pesquisa é a comunidade do Braço, situada no distrito de Monte Dourado, município de Almeirim, Pará (Figura 1). O acesso à localidade ocorre por uma via não pavimentada



de aproximadamente 30,1 km, fator que impõe isolamento geográfico e severas dificuldades logísticas. Tais obstáculos são intensificados durante o período de pluviosidade elevada (janeiro a junho), dificultando o escoamento da produção e a mobilidade social.

Figura 1 | Mapa de localização da comunidade do Braço



Fonte: Elaborado pelos autores (integra banco de dados do projeto macro - 2025)

A comunidade assume um papel estratégico como ecossistema representativo das dinâmicas agroextrativistas no Vale do Jari. Devido à sua relevância na bioeconomia florestal amazônica, a área foi incluída no projeto “Desafios e expectativas para o desenvolvimento e permanência local [...]”, vinculado ao Programa Amazônia +10 (Nascimento; Caramello; Silva, 2025).

Diferente de outras comunidades da região que se identificam estreitamente como extrativistas, a comunidade do Braço autodeclara-se agroextrativista (Nascimento; Caramello; Silva, 2025). Essa distinção confere à localidade o potencial de servir como modelo científico para a análise de microcadeias produtivas em cenários de vulnerabilidade logística e isolamento.

Ademais, este estudo preenche uma lacuna crítica na literatura acadêmica, dada a escassez de pesquisas em comunidades amazônicas isoladas, frequentemente negligenciadas devido à invisibilidade científica e aos desafios de campo (Fernandes; Muser, 2021). A região apresenta clima



equatorial, com temperatura média anual de 26,4 °C e pluviosidade variando entre 1.998,2 mm e 2.347,7 mm (Gomes Sobrinho et al., 2012). A hidrografia é dominada pelo Rio Jari, que serve como divisa natural entre o Pará e o Amapá e atua como via alternativa para o escoamento produtivo.

COLETA DE DADOS

A coleta de dados ocorreu em março de 2025, utilizando-se entrevistas semiestruturadas em uma amostra por conveniência de 55 residências — o que representa 55% do universo total de 100 domicílios da comunidade. Segundo Marconi e Lakatos (2003), este método é eficaz para acessar estratos específicos da população. O critério de inclusão para os respondentes foi a idade mínima de 18 anos, respeitando-se as normas éticas vigentes. Optou-se pela unidade amostral “residência” em vez de “família”, visto que um único domicílio pode abrigar múltiplos núcleos familiares (Caramello et al., 2026).

Complementarmente, realizou-se uma oficina participativa para a construção de um calendário sazonal (Drumond, 2002) das atividades agroextrativistas. A oficina contou com a participação de lideranças e moradores antigos, o que permitiu o resgate do contexto histórico local (Matos; Caramello; Carniatto, 2025). Essa abordagem metodológica mista permitiu integrar dados quantificáveis a aspectos subjetivos e culturais. Conforme Johnson, Onwuegbuzie e Turner (2007), essa integração amplia a robustez interpretativa e a validação dos achados. O instrumento de pesquisa abrangeu desde o perfil socioeconômico e fontes de renda até métodos de produção, comercialização e práticas de manejo.

ANÁLISE DE DADOS

Os dados foram tabulados e processados no software Microsoft Excel 2010 para a geração de gráficos e visualizações. A análise seguiu a Análise de Conteúdo de Bardin (2020) para as questões abertas, enquanto as questões fechadas foram submetidas à estatística descritiva.

Para as perguntas de resposta múltipla, o cálculo percentual foi baseado no total de respostas obtidas, e não no número de participantes, permitindo uma visão mais detalhada das categorias e subcategorias mapeadas. A interpretação dos resultados buscou equilibrar o rigor estatístico com a percepção qualitativa dos moradores participantes.



RESULTADOS E DISCUSSÕES

PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS AGRICULTORES

A pesquisa revelou uma distribuição de gênero equilibrada na comunidade do Braço, composta por 52,73% de participantes do sexo masculino e 47,27% do sexo feminino. No que tange à escolaridade, observa-se o predomínio de baixos níveis educacionais: 65,45% dos entrevistados possuem, no máximo, o Ensino Fundamental (40% incompleto e 25,45% completo). Apenas 14,55% concluíram o Ensino Médio e uma parcela reduzida (3,64%) acessou o nível superior (incluindo graduação incompleta e especialização). Adicionalmente, 5,45% dos respondentes relataram nunca ter frequentado a escola.

Este cenário de baixa qualificação formal é recorrente em comunidades rurais brasileiras. Chagas et al. (2023), ao analisarem produtores em Canaã dos Carajás (PA), identificaram quadro similar, com 47,62% dos sujeitos apresentando ensino fundamental incompleto e apenas 9,52% com ensino superior. Conforme Silva e Malaquias (2020), o nível de instrução e o acesso à informação são determinantes para o desenvolvimento rural, influenciando diretamente a gestão das propriedades e, consequentemente, a produtividade e o rendimento econômico.

A baixa escolaridade também pode estar intrinsecamente associada à vulnerabilidade econômica, dificultando a permanência de jovens no sistema escolar em famílias de baixo poder aquisitivo (Chagas et al., 2023). No Vale do Jari, a oferta pública de ensino em comunidades tradicionais frequentemente se limita ao Ensino Fundamental I. Assim, a continuidade dos estudos exige a migração para centros urbanos, o que se torna financeiramente inviável para muitas famílias (Caramello et al., 2026).

Outro aspecto relevante é a elevada estabilidade residencial: 83,6% dos entrevistados residem na comunidade há mais de 20 anos. A faixa de 36 a 40 anos de residência é a mais representativa (20%), seguida pelos intervalos de 26-30 e 41-45 anos (12,7% cada). O enraizamento histórico é evidenciado por moradores com mais de sete décadas de vivência local; o registro histórico da comunidade remonta a 1932, ano de chegada do primeiro habitante. Embora essa longa permanência indique fortes laços comunitários e coesão social, ela também pode refletir baixa mobilidade social ou o êxodo rural das gerações mais jovens em busca de oportunidades externas,



fenômeno amplamente discutido na sociologia rural (Chagas et al., 2023).

Quanto à subsistência, a previdência social (aposentadoria) constitui a principal fonte de renda familiar (40%), evidenciando uma população em processo de envelhecimento ou com forte dependência de transferências de renda estatais. Esse achado converge com estudos em outras áreas rurais onde benefícios sociais são pilares da economia doméstica (Chagas et al., 2023). Contudo, as práticas tradicionais permanecem centrais: o agroextrativismo (25,5%) e o extrativismo (10,9%) são as principais fontes primárias de subsistência. A categoria “Outros” (20%) abrange empregos formais, prestação de serviços técnicos e benefícios assistenciais como o Bolsa Família.

O extrativismo destaca-se ainda mais como segunda fonte de renda (41,8%), seguido pelo agroextrativismo (27,3%), consolidando-se como atividades complementares essenciais. Essa diversificação de estratégias de sobrevivência é uma resposta comum à vulnerabilidade econômica, mas frequentemente ocorre em contextos de escassez de crédito e assistência técnica precária (Pinheiro; Atroch, 2015). A compreensão dessas dinâmicas é fundamental para a formulação de políticas públicas eficazes voltadas ao desenvolvimento regional e à manutenção das populações em seus territórios.

MICRO CADEIAS PRODUTIVAS DO AGROEXTRATIVISMO

A análise das microcadeias produtivas do agroextrativismo na comunidade do Braço deve ser compreendida sob o prisma da bioeconomia florestal brasileira. Segundo o Serviço Florestal Brasileiro (SFB, 2022), a comercialização de produtos não madeireiros movimentou cerca de R\$ 1,9 bilhão em 2020. Além do valor econômico, esses produtos são fundamentais para a segurança alimentar e o desenvolvimento humano (SFB, 2022). No Braço, o agroextrativismo transcende a geração de renda complementar, consolidando-se como pilar da subsistência e da preservação dos modos de vida tradicionais.

É imperativo distinguir a bioeconomia convencional da bioeconomia da sociobiodiversidade praticada na região. Enquanto o modelo convencional foca na substituição de recursos fósseis por biológicos e na eficiência biotecnológica industrial (Abramovay, 2019), a bioeconomia da sociobiodiversidade fundamenta-se na interdependência entre a diversidade biológica e os sistemas culturais de povos

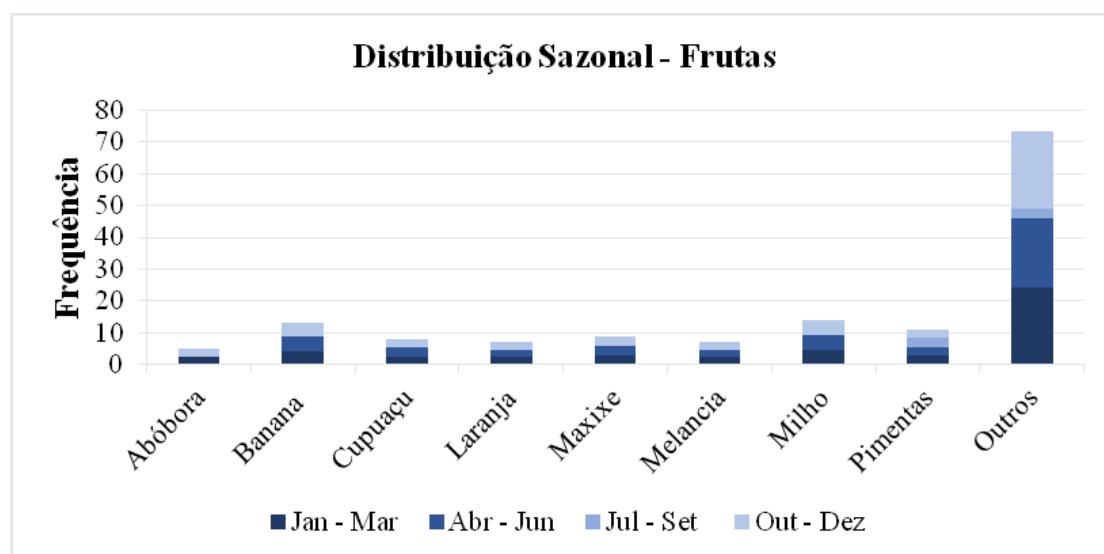


tradicionais (Santos et al., 2025). Nesse contexto, o conceito de “microcadeias produtivas” refere-se a sistemas de produção e comercialização com ciclos de desenvolvimento curtos e menor complexidade logística em comparação às cadeias de escala industrial.

Essa definição converge com as discussões sobre Cadeias Curtas de Abastecimento de Alimentos (Short Food Supply Chains – SFSCs). Conforme Deverre e Lamine (2010), as SFSCs são sistemas agroalimentares alternativos caracterizados pela redução ou eliminação de intermediários e pela proximidade geográfica entre produtores e consumidores. As microcadeias locais manifestam essas SFSCs, onde a simplicidade logística e a proximidade territorial são determinantes para a viabilidade econômica.

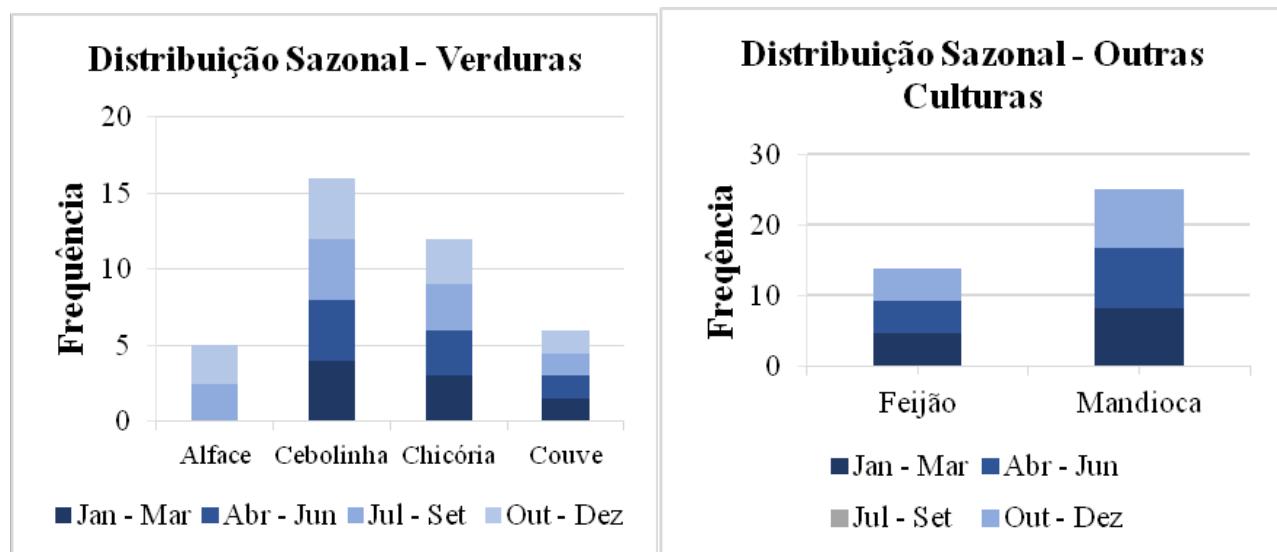
A diversidade produtiva na comunidade do Braço abrange 16 itens cultivados (Fig. 2 e 3), incluindo o açaí e a pupunha. Estes produtos, embora extraídos da floresta, foram integrados à sazonalidade do cultivo por meio de processos de enriquecimento florestal, visando ampliar a produtividade e facilitar o manejo. A pesquisa revelou que 90,9% das famílias dedicam-se a atividades agrícolas. Com exceção da laranja, cupuaçu, pupunha, açaí e banana — que possuem ciclos plurianuais —, os demais produtos compõem microcadeias de ciclo curto e alta rotatividade.

Figura 2 | Distribuição sazonal do cultivo de das atividades por período



Fonte: elaborado pelos autores (2025)

Figura 3 | Distribuição sazonal do cultivo de verduras e outras culturas por período



Fonte: elaborado pelos autores (2025)

A combinação de produtos com diferentes ciclos biológicos mantém a economia local dinâmica e garante a presença da produção da comunidade nos mercados de Laranjal do Jari (AP) e Monte Dourado (PA). Essa tradição é corroborada pelo tempo de experiência agrícola: 62% dos participantes praticam a atividade há mais de 16 anos, o que sugere a consolidação e a transmissão geracional de saberes. Apenas 6% ingressaram na atividade nos últimos 12 meses, indicando uma estabilidade no perfil de produtores que é vital para a manutenção da agrobiodiversidade (Uma Concertação pela Amazônia, 2023).

A longa tradição agrícola e o foco em microcadeias representam ativos estratégicos. Conforme Scarabelot e Schneider (2012), as cadeias curtas promovem o fortalecimento de vínculos e relações de confiança entre atores sociais. Para o consumidor, a rastreabilidade e a conexão com o local de origem agregam valor subjetivo e ético ao produto (Marsden; Banks; Bristow, 2000).

Em termos socioeconômicos, tais sistemas permitem que os produtores capturem maior valor agregado e diversifiquem suas fontes de renda (CEPAL; FAO; IICA, 2014). Para o território, as SFSCs retêm a riqueza na região, geram empregos locais e dinamizam a economia interna através de preços mais justos e remuneração direta (Brandenburg; Lamine; Darolt, 2013). O fortalecimento dessas redes, como preconizado pela Iniciativa Concertação pela Amazônia (2023), é essencial para assegurar a comercialização da produção da agricultura familiar e promover o desenvolvimento sustentável no Vale do Jari.

FATORES DETERMINANTES PARA A ADOÇÃO DE PRÁTICAS AGRÍCOLAS.

A pesquisa identificou a necessidade econômica como o principal motor da atividade agrícola para 58,18% dos participantes, um achado que ressoa com a literatura sobre agricultura familiar na Amazônia. Este dado sublinha que a agricultura é, primordialmente, uma estratégia de sobrevivência e uma alternativa prática para mitigar vulnerabilidades financeiras. Como apontam Ferreira, Peixoto e Santos (2023), produtores em situação de precariedade socioeconômica recorrem à agricultura familiar para garantir a subsistência, gerar renda e acessar políticas públicas.

Paralelamente, a garantia da subsistência e o autoconsumo foram citados por 27,27% dos entrevistados. Este percentual reforça o papel da agricultura na provisão direta de alimentos, reduzindo a dependência de mercados externos e fortalecendo a segurança alimentar local. Tal função é intrínseca à definição de Unidade Familiar de Produção Agrária (UFPA), que visa atender tanto às necessidades calóricas da família quanto à demanda social por alimentos (Decreto nº 9.064/2017; Ferreira; Peixoto; Santos, 2023).

A tradição familiar (16,36%) também emergiu como um fator determinante, evidenciando a transmissão intergeracional de saberes. Esse enraizamento cultural consolida a agricultura familiar não apenas como ocupação econômica, mas como um modo de vida que preserva a agrobiodiversidade e o patrimônio imaterial da comunidade. Fatores menos prevalentes, como preferência pessoal (5,45%) e percepção de oportunidades de mercado (5,45%), sinalizam a presença de uma visão empreendedora e de escolhas individuais, indicando que a comunidade não é um bloco homogêneo de subsistência, mas um território de múltiplas motivações.

A análise das formas de produção e comercialização revela uma complexa interface entre a economia de mercado e a economia de subsistência. A maioria dos entrevistados (65,45%) comercializa parte de sua produção, o que caracteriza a comercialização como uma prática central. Embora a lógica inicial da agricultura familiar seja o atendimento das demandas domésticas, a venda de excedentes é uma necessidade imperativa para a reprodução socioeconômica do grupo (Ramírez; Sousa; López, 2018). Em contrapartida, 25,45% dos participantes produzem exclusivamente para o consumo próprio, priorizando a soberania alimentar da família (Ramírez; Sousa; López, 2018).

No que tange à organização do trabalho, 52,73% dos agricultores atuam de forma individual, enquanto 38,18% praticam atividades coletivas, geralmente envolvendo o núcleo familiar. Essa dimensão colaborativa é estratégica para otimizar processos produtivos e mitigar a escassez de mão de obra formal.

Entretanto, o escoamento da produção enfrenta gargalos estruturais. A dependência de atravessadores (intermediários) atinge 50,9% dos produtores, refletindo a carência de canais diretos de venda e os desafios logísticos da região. Esses “canais longos de comercialização”, embora aliviem o produtor dos custos de transporte, frequentemente resultam na imposição de preços reduzidos por parte do comprador, diminuindo a margem de lucro de quem produz (Ramírez; Sousa; López, 2018).

Por outro lado, a venda direta no mercado local (feiras e centros urbanos próximos), praticada por 20% dos entrevistados, representa o uso de canais curtos de comercialização. Esses canais promovem o comércio justo, a horizontalidade e a confiança entre produtor e consumidor. A existência dessa modalidade, ainda que em menor escala, sugere um potencial de autonomia comercial que poderia ser ampliado com políticas de apoio e organização coletiva.

Em suma, as formas de produção no Braço oscilam entre a inserção marginal no mercado e o foco total na subsistência. Compreender essas nuances é crucial para desenhar estratégias que reduzam a dependência de intermediários e fortaleçam canais de venda mais equitativos, promovendo o desenvolvimento sustentável e a valorização do agroextrativismo no Vale do Jari.

RENDIMENTO E IMPACTO ECONÔMICO

A análise dos resultados revela desafios persistentes que corroboram o corpo de pesquisa consolidado sobre a agricultura familiar no Brasil. A expressiva baixa adesão a cooperativas (90,91%) indica um isolamento produtivo que limita o acesso a novos mercados, à assistência técnica especializada e ao poder de barganha frente a intermediários. Esta marginalização histórica é frequentemente apontada como consequência de políticas agrícolas que, historicamente, privilegiaram grandes propriedades em detrimento de arranjos familiares (Junqueira; Lima, 2008).



Embora o cooperativismo em outras regiões do Brasil — como no Sul — atue como motor de produtividade, no contexto local a ausência de participação pode derivar tanto de limitações de acesso físico quanto de uma cultura de autonomia produtiva (Junqueira; Lima, 2008). Delgado e Bergamasco (2017) reforçam que a heterogeneidade da agricultura familiar e a eficácia variável das políticas de incentivo moldam essa (des)organização coletiva, representando um desafio histórico para o fortalecimento do setor.

A variabilidade da renda agrícola, majoritariamente modesta, corrobora a complexidade da agricultura familiar amazônica. Uma parcela significativa dos agricultores (43,6%) não possui clareza sobre seus ganhos mensais ou não está diretamente envolvida na comercialização monetária, focando estritamente na subsistência. Entre os que comercializam, a maioria declarou rendimentos mensais inferiores a R\$ 1.000. Este cenário de baixa monetização é consistente com análises que descrevem famílias rurais dedicadas primordialmente ao autoconsumo, com a venda eventual de excedentes (Nascimento; Aquino; Delgrossi, 2021).

A dificuldade em gerar renda exclusivamente a partir da terra impulsiona o fenômeno da pluriatividade. Muitas famílias diversificam suas fontes de rendimento, buscando ocupações não agrícolas para complementar o orçamento doméstico (Nascimento; Aquino; Delgrossi, 2021). Em contrapartida, a identificação de um grupo minoritário com rendimentos elevados sugere que uma maior organização e o acesso a circuitos de comercialização mais eficientes podem potencializar o retorno econômico (Delgado; Bergamasco, 2017).

Adicionalmente, a marcada sazonalidade da renda — com concentração produtiva entre janeiro e março — impõe desafios severos à gestão financeira familiar ao longo do ano. Essa dependência intrínseca dos ciclos biológicos e naturais das espécies exploradas torna as famílias vulneráveis em períodos de entressafra. Em suma, os obstáculos identificados — baixa organização coletiva, rendimentos insuficientes e forte sazonalidade — demandam políticas públicas integradas e adaptadas às especificidades da bioeconomia da sociobiodiversidade, visando conferir maior resiliência econômica aos produtores do Vale do Jari.

OBSTÁCULOS IDENTIFICADOS

Os desafios multifacetados enfrentados pelos produtores da comunidade do Braço — que abrangem desde o controle fitossanitário e a manutenção das áreas de cultivo até entraves logísticos e a precariedade do apoio institucional — convergem com o panorama da agricultura familiar no Brasil. A dificuldade em manter a sanidade das culturas e o manejo adequado da terra, incluindo a necessidade de limpezas constantes e sistemas de irrigação ineficientes, está intrinsecamente ligada ao baixo nível de instrução formal e à escassez de assistência técnica especializada (Neves et al., 2021).

A ausência de crédito rural e o acesso limitado a tecnologias apropriadas exacerbam a vulnerabilidade dos produtores, impedindo a otimização do cultivo e o uso seguro de insumos (Neves et al., 2021). Essa carência de suporte técnico não apenas compromete a produtividade atual, mas desestimula a adoção de inovações que poderiam mitigar problemas fitossanitários recorrentes.

Ademais, as barreiras logísticas constituem um gargalo crítico. A distância geográfica, somada à precariedade da infraestrutura viária, dificulta tanto a aquisição de insumos quanto o escoamento da produção para centros consumidores. Tais entraves restringem o acesso a mercados mais competitivos e comprometem severamente a rentabilidade da atividade agroextrativista.

Somam-se a este cenário questões demográficas e de saúde: o envelhecimento da força de trabalho rural limita o desempenho físico necessário para o manejo tradicional, enquanto a percepção de abandono governamental — manifestada pela ausência de subsídios e assistência contínua — gera um sentimento de desamparo institucional. Fica evidente, portanto, que a consolidação do agroextrativismo no Vale do Jari depende de políticas públicas integradas que contemplam: assistência técnica qualificada e adaptada à realidade amazônica; investimentos em infraestrutura rural (estradas e energia); linhas de crédito facilitadas para pequenos produtores; ações de saúde e bem-estar voltadas às populações rurais.

A superação desses obstáculos é condição *sine qua non* para que as microcadeias produtivas alcancem a eficiência necessária para promover o desenvolvimento regional sustentável.



PROPOSTAS PARA APRIMORAMENTO

A análise das percepções locais sobre as melhorias necessárias para o fortalecimento do agroextrativismo revela um panorama onde a demanda por apoio governamental, a organização coletiva e a superação de gargalos infraestruturais emergem como eixos interdependentes. Estes resultados corroboram a literatura científica, que identifica tais fatores como determinantes para a autonomia e o desenvolvimento sustentável de comunidades tradicionais.

Nesse contexto, 23,6% dos participantes enfatizaram a impescindibilidade do apoio governamental. Esta percepção ratifica o papel do Estado como indutor do desenvolvimento, não apenas via subsídios diretos, mas através de uma presença institucional que assegure direitos básicos e recursos técnicos. Albuquerque et al. (2025) ressaltam que as políticas públicas são instrumentos fundamentais para mitigar problemas estruturais, devendo ser desenhadas para otimizar a qualidade de vida e a conservação ambiental. Sugestões específicas, como o incentivo ao plantio e a distribuição de insumos e maquinário moderno, indicam um desejo de transição para métodos produtivos mais eficientes. A eficácia dessa intervenção estatal depende da articulação de programas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) (Albuquerque et al., 2025).

Paralelamente, 21,8% dos entrevistados identificaram a organização coletiva, por meio de cooperativas, como uma estratégia de resiliência. Na perspectiva da economia solidária, o associativismo amplia o poder de barganha dos produtores, democratiza o acesso a mercados justos e optimiza a gestão integrada da produção. Experiências consolidadas em outras regiões amazônicas demonstram que o cooperativismo transcende o benefício econômico, fortalecendo o capital social e a capacidade de reivindicação política perante o Estado.

Contudo, os desafios infraestruturais persistem como barreiras críticas para 18,1% dos participantes. A precariedade de estradas e a ausência de unidades de armazenamento e beneficiamento primário elevam os custos logísticos e as perdas pós-colheita. Tais deficiências não apenas comprometem a qualidade final do produto, mas limitam severamente a inserção da comunidade em cadeias de valor mais sofisticadas.



A necessidade de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) foi manifestada por 10,9% da amostra. O suporte técnico qualificado é vital para o aprimoramento do manejo sustentável e para o controle fitossanitário com menor impacto ambiental (Albuquerque et al., 2025). Embora em menor escala, a demanda por insumos e equipamentos (3,6%) reforça o anseio por modernização tecnológica, o que exige, invariavelmente, orientação técnica continuada para garantir a viabilidade operacional e ambiental.

Por fim, é relevante observar que 9% dos respondentes expressaram desconhecimento ou incerteza sobre as melhorias necessárias. Este dado sugere um grau de invisibilidade social ou alienação dos processos decisórios, indicando que uma parcela da comunidade carece de processos formativos participativos. Estimular o engajamento desses atores em discussões estratégicas é fundamental para assegurar que o desenvolvimento do território seja inclusivo e reflita as aspirações de todos os membros da localidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa cumpriu seu objetivo ao diagnosticar as complexas dinâmicas que regem as microcadeias produtivas agroextrativistas na comunidade do Braço, abrangendo desde o perfil socioeconômico dos produtores até os mecanismos de comercialização. Os achados revelam um cenário onde a tradição e o conhecimento ecológico local coexistem com desafios estruturais severos, como a baixa escolaridade formal, a dependência de intermediários e a precariedade da infraestrutura. Conjuntamente, esses elementos delineiam as fronteiras e as possibilidades do desenvolvimento sustentável no Vale do Jari.

Evidenciou-se que, apesar da resiliência demonstrada pelos agricultores e extrativistas, as microcadeias locais operam sob condições de vulnerabilidade. A economia doméstica, embora significativamente subsidiada por benefícios previdenciários, permanece ancorada nas atividades agroextrativistas. Contudo, o potencial de geração de renda é cerceado pela dificuldade de acesso a mercados equitativos e pela incipiente organização coletiva. A predominância da comercialização via atravessadores e a baixa adesão ao cooperativismo constituem os principais gargalos para a agregação de valor e a soberania financeira das famílias.



Este estudo oferece uma análise detalhada que pode subsidiar políticas públicas direcionadas ao fortalecimento das cadeias produtivas e à segurança alimentar. Os dados confirmam a hipótese de que o desenvolvimento regional sustentável depende da superação de barreiras estruturais e do fomento a modelos organizacionais endógenos. Nesse sentido, a pesquisa contribui para os campos de Gestão e Desenvolvimento Regional ao posicionar a bioeconomia da sociobiodiversidade como um paradigma viável para a Amazônia. A principal contribuição teórica reside na demonstração de que o fortalecimento comunitário não advém apenas de auxílios governamentais isolados, mas de uma gestão integrada que valorize o capital social e a autonomia produtiva.

Para o futuro, a consolidação das microcadeias produtivas no Braço e em contextos análogos exige uma abordagem multidimensional. É imperativo o fortalecimento do apoio governamental por meio de políticas de incentivo, acesso a tecnologias e insumos, e a oferta de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) contínua e adaptada à realidade local. Simultaneamente, o estímulo ao associativismo e ao cooperativismo, aliado a investimentos em infraestrutura logística, são passos fundamentais para converter o potencial agroextrativista em bem-estar social e conservação ambiental. Sugere-se que investigações futuras aprofundem os mecanismos de governança comunitária, avaliem o impacto de programas como o PAA e o PRONAF na resiliência local e realizem estudos comparativos com outras comunidades amazônicas para a identificação de modelos de sucesso e desafios comuns ao desenvolvimento regional.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. **Amazônia: por uma economia do conhecimento da natureza.** São Paulo: Elefante, 2019. 108 p.
- AFONSO, Sandra Regina. **A política pública de incentivo à estruturação da cadeia produtiva do pequi (Caryocar brasiliense).** 2012. XIV, 162 f. Tese (Doutorado em Ciências Florestais) —Universidade de Brasília, Brasília, 2012.
- ALBUQUERQUE, Rocheliel Paulino de; DORION, Eric Charles Henri; BATTISTELLA, Luciana Flores; SOUZA, Mariluce Paes de; SILVA, Jean Marcos da. Efeitos das Políticas Públicas para os Produtores Agroextrativistas no Estado de Rondônia-Amazônia-Brasil. **Oikos: Família e Sociedade em Debate.** Viçosa, MG, v. 36, n. 2, p. 01-25, 2025. DOI: <https://doi.org/10.31423/oikos.v35i1.16616>. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/oikos/article/download/16616/11198/94551>. Acesso em: 25 de abril de 2025.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** São Paulo: Edições 70, 2020, 229 p.
- BISPO, Tayline Walverde; DINIZ, Janaína Deane de Abreu Sá. Agroextrativismo no Vale do rio Urucuia-MG: uma análise sobre pluriatividade e multifuncionalidade no Cerrado. **Sustentabilidade em Debate,** Brasília, v. 5, n. 3, p. 37-55, set./dez. 2014.
- BRANDENBURG, Alfio; LAMINE, Claire.; DAROLT, Moacir. Institucionalização do movimento ecológico na agricultura: mercado e reorganização dos atores sociais. **Estudos Sociedade e Agricultura,** v. 21, n. 2, p. 382-407, out. 2013.
- CARAMELLO, Nubia; CARNIATTO, Irene; CUNHA, Lúcio; SANTOS, Norberto. Comunidades tradicionais no Vale do Jari [¶] Amazônia Oriental, Brasil: Percepções etnoambientais que influenciam o olhar para turismo. **Revista Iberografia,** nº 48, v.1 2026.
- CHAGAS, Erika da Silva; SANTOS, Marco Antônio Souza dos; MELLO, Andréa Hertz de; COSTA, Deborah Luciany Pires; LOPES, Maria Lúcia Bahia. Caracterização socioeconômica de produtores rurais do município de Canaã dos Carajás, Estado do Pará. **Revista Orbis Latina,** v. 14, n. 3, p. 23-39, 2024. Disponível em: <https://revistas.unila.edu.br/orbis/article/view/4407>. Acesso em: 20 abril 2025. DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.12601783>
- Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL); Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO); Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA). **Perspectivas de la agricultura y del desarrollo rural en las Américas: una mirada hacia América Latina y el Caribe: 2014.** San José, CR: CEPAL; FAO; IICA, 2013. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/server/api/core/bitstreams/0879e5ac-b0ee-4c5a-bedf-4072604b4716/content>. Acesso em: 20 abril 2025.
- DELGADO, Guilherme Costa. BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira (orgs.) **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro.** Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017.
- DEVERRE, Christian; LAMINE, Claire. Les systèmes agroalimentaires alternatifs: Une revue de travaux anglophones en sciences sociales. **Économie rurale,** n. 317, p. 57-73, mai./jun. 2010.
- DRUMOND, Maria Auxiliadora. **Participação comunitária no manejo de unidades de conservação: manual de técnicas e ferramentas.** Belo Horizonte: Instituto Terra Brasilis de Desenvolvimento Sócio-Ambiental, 2002. 57 p.
- FERNANDES, Joyce Sampaio Neves; MOSER, Liliane. Formação socio-histórica na Amazônia e o (não) lugar das comunidades ribeirinhas. **Revista Katálysis,** Florianópolis, v. 24, n. 2, p. 305-315, maio/ago. 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-0259.2021.e79717>
- FERREIRA, Byanca dos Prazeres; PEIXOTO, Bruna Izabella Ferreira; SANTOS, Luana Ferreira dos. Agricultura familiar no Brasil: contexto histórico, políticas públicas e capacidades estatais. In: Seminários em Administração, 26., 2023, **[Anais eletrônicos].** São Paulo: SEMEAD, 2023.
- GOMES SOBRINHO, Themístocles Rafael; QUINTAIROS, Marcos Vinícius Rodrigues; GOMES, Rita de Cássia Azevedo da Silva Raphael; SANTANA, Eliane de Jesus Miranda. Classificação climática conforme a metodologia Köppen do município



de Laranjal do Jari/Amapá/Brasil. In: **Congresso Norte Nordeste de Pesquisa e Inovação**, 7., Palmas, TO. Anais [...]. Palmas: IFTO, 2012.

GUSMÃO, Yara Pinto. **A atuação da agricultura familiar na feira agroecológica do bairro Jaraguá: uma análise sob a perspectiva da economia dos circuitos**. 2019. 144 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/server/api/core/bitstreams/65647559-446f-4498-b190-d98af4449623/contentpdf>. Acesso em: 08 abril 2025.

JOHNSON, Burke; ONWUEGBUIZE, Anthony; TURNER, Lisa. Rumo a uma definição de pesquisa de métodos mistos. **Revista de pesquisa de métodos mistos**, v. 2, pág. 112-133, 2007.

JUNQUEIRA, Clarissa Pereira; LIMA, Jandir Ferrera de. Políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil. **Semina: Ciências Sociais e Humanas**, Londrina, v. 29, n. 2, p. 159-176, jul./dez. 2008.

MARCONI, Marina de Andrade.; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas., 2003.

MARSDEN, Terry; BANKS, Jo; BRISTOW, Gillian. Food supply chain approaches: Exploring their role in rural development. **Sociologia Ruralis**, v. 40, n. 4, p. 424-438, out. 2000.

NASCIMENTO, W.; CARAMELLO, Nubia; SILVA, Diego Armando S. da. Cesta de bens e serviços territoriais na comunidade de IRATAPURU – AMAPÁ/BRASIL: um olhar sobre as possibilidades turísticas como impulsionadoras da economia e fixação local da população. **GOT: Revista de Geografia e Ordenamento do Território**, [S. I.], n. 29, 2025. Disponível em: <https://ojs.letras.up.pt/index.php/got/article/view/15727>. Acesso em: 4 fev. 2026.

NASCIMENTO, Carlos Alves do; AQUINO, Joacir de Aquino; DELGROSSI, Mauro Eduardo. Tendências recentes da agricultura familiar no Brasil e o paradoxo da pluriatividade. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 60, n. 3, e240128, 2022 [Publicado online em 2021]. DOI: <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2021.240128>. Acesso em: 25 abr. 2025.

NEVES, Jucimar Ferreira; NEVES, Sandra Mara Alves da Silva; SEABRA JÚNIOR, Santino; SCHEUER, Junior Miranda; BOTTI, Nicoly Seabra. Milho verde na agricultura familiar em Cáceres-MT: desafios e perspectivas para o desenvolvimento rural. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, v. 17, n. 3, p. 438-451, set./dez. 2021. DOI: <https://doi.org/10.54399/rbgdr.v17i3.4909>

MATOS, Emilly. V. S.; CARAMELLO, Nubia; CARNIATTO, Irene. Impactos causados pelas mudanças climáticas na cadeia produtiva do açaí e da castanha: na percepção dos moradores de comunidades na bacia hidrográfica do Rio Jari. **Revista Presença Geográfica**, [S. I.], v. 12, n. 2, p. 200–2015, 2026. DOI: [10.36026/1hhmx415](https://doi.org/10.36026/1hhmx415). Disponível em: <https://periodicos.unir.br/index.php/RPGeo/article/view/8684>. Acesso em: 4 fev. 2026.

PINHEIRO, José Olenilson Costa; ATROCH, André Luiz. Diagnóstico Socioeconômico e Prospecção de Produtores com Potencial para Produção de Guaraná no Município de Itacoatiara, AM: Relatório Técnico. Manaus: **Embrapa Amazônia Ocidental**, 2015. 60 p. (Embrapa Amazônia Ocidental. Documentos, 118). Disponível em: <https://www.infotecacnptia.embrapa.br/infoteca/bitstream/doc/1037887/1/Doc118.pdf>. Acesso em: 20 abril 2025.

RAMÍREZ, Ivonne Maritza Buenaventura; SOUSA, Romier da Paixão; LÓPEZ, José Daniel Gómez. Canais de comercialização da agricultura familiar: o caso da comunidade de Boa Vista de Acará, na Amazônia paraense-Brasil. **Revista Tecnologia e Sociedade**, Curitiba, v. 14, n. 34, p. 123-143, 2018.

RUEDA, Rafael Pinzón. Evolução histórica do extrativismo. In: MURRIETA, J. R.; RUEDA, R. P. (Ed.). **Reservas extrativistas**. Brasília: CNPT/IBAMA, 1995.

SANTOS, Adna Fernanda Pereira dos; AVELINO, Victoria de Carvalho; SANTOS, Zilda Joaquina Cohen Gama dos; LEÃO, Andréa Simone Rente. Bioeconomia e sociobiodiversidade: dois conceitos e uma mesma ideia? **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, [S. I.], n. 72, ed. esp., p. 1-20, maio/ago. 2025. DOI: <https://doi.org/10.69585/2595-6892.2025.1281>



SCARABELOT, Maristela; SCHNEIDER, Sérgio. As cadeias agroalimentares curtas e desenvolvimento local – um estudo de caso no município de Nova Veneza/SC. **Revista Faz Ciência**, Francisco Beltrão, v. 14, n. 19, p. 101-130, jan./jun. 2012. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/fazciencia/article/view/8028/8030> Acesso em: 23 abril 2025.

SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Bioeconomia da floresta:** a conjuntura da produção florestal não madeireira no Brasil. 2. ed. Brasília: MAPA/SFB, 2022.

SILVA, Altieres Frances; MALAQUIAS, Rodrigo Fernandes. Fatores Associados à Adoção de Práticas de Gestão Financeira por Produtores Rurais do Triângulo Mineiro. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade** (REPeC), v. 14, n. 3, 2020.

UMA CONCERTAÇÃO PELA AMAZÔNIA. **Propostas para as Amazôncias:** um olhar integrado para a agenda de desenvolvimento. São Paulo: Uma Concertação pela Amazônia, 2023. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/documents/10l00169.pdf>. Acesso em: 24 abril 2025.



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons
Atribuição 4.0 Internacional.



REVISTA BRASILEIRA DE GESTÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
V.22, N°1, Jan-Abr/2026 | <https://www.rbgdr.net/>

| 272



FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA,
TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

